



**Hamsa**

Journal of Judaic and Islamic Studies

**1 | 2014**

**Islamic and Jewish Studies**

---

## “Arabia Brasiliensis”: Os estudos árabes e islâmicos no Brasil

Murilo Sebe Bon Meihy

---



### Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/hamsa/865>

DOI: 10.4000/hamsa.865

ISSN: 2183-2633

### Editora

CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

### Refêrencia eletrónica

Murilo Sebe Bon Meihy, «“Arabia Brasiliensis”: Os estudos árabes e islâmicos no Brasil», *Hamsa* [Online], 1 | 2014, posto online no dia 31 dezembro 2014, consultado o 13 maio 2021. URL: <http://journals.openedition.org/hamsa/865> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/hamsa.865>

---



*Hamsa* est mise à disposition selon les termes de la Licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Pas de Modification 4.0 International.

## **“Arabia Brasiliensis”: Os estudos árabes e islâmicos no Brasil**

**Murilo Sebe Bon Meihy**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

[meihy1@yahoo.com.br](mailto:meihy1@yahoo.com.br)

### **Resumo:**

A proposta deste artigo é analisar o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos relacionados aos estudos árabes e islâmicos no Brasil. A partir da maneira como o Islã e a cultura árabe são retratados pela historiografia brasileira, os primeiros trabalhos ligados a estes temas se debruçaram sobre a imigração dos árabes ao Brasil, que contribuíram para a expansão de grandes centros urbanos do país como Rio de Janeiro e São Paulo. Em um segundo momento, estes estudos ultrapassaram os limites das interpretações migratórias, abarcando desde traduções inéditas de textos árabes para o português, até análises da conjuntura política internacional do Oriente Médio.

**Palavras-chave:** Brasil, imigração árabe, tradução, Islã, relações internacionais

### **Abstract:**

The purpose of this article is to analyze the development of the Arabic and Islamic academic studies in Brazil. In an early stage, researchers were focused only on the Muslim-Arabic immigration which has contributed to the development of important urban centers, such as Rio de Janeiro or São Paulo. Nonetheless, these studies have exceeded the boundaries of migratory interpretations, in a multidisciplinary approach that includes unpublished translations of Arabic texts into Brazilian Portuguese to the analysis of international political situation of the Middle East.

**Key words:** Brazil, Arabic immigration, translation, Islam, International Relations

### **Aspectos gerais sobre os estudos árabes e islâmicos no Brasil**

Os estudos árabes e islâmicos no Brasil são resultado de um esforço conjunto de diversos intelectuais e universidades em sobrepujar os caminhos timidamente percorridos por autores considerados como “intérpretes do Brasil”, tais como Luis da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, entre outros.

Uma nova intelectualidade brasileira compreende a necessidade de se abandonarem leituras clássicas da nossa tradição acadêmica que, movidas pela curiosidade ocidental em relação à imagem do “outro” oriental, descreveram a participação do islã e da cultura árabe na história brasileira de maneira folclórica e extravagante.

A constatação feita por Luis da Câmara Cascudo<sup>1</sup>, de que os “mouros” contribuem, sobretudo, para a construção da individualidade cultural brasileira; ou mesmo as

---

<sup>1</sup> Em várias obras, como “Mouros, franceses e judeus”; além de suas antologias sobre o folclore, os contos e até mesmo a alimentação tradicional do Brasil, Luis da Câmara Cascudo descreve a imagem do

considerações do “sagrado” Gilberto Freyre sobre o valor da tradição agrícola dos mouros na América Portuguesa foram relevantes, mas acabaram impondo contornos pitorescos aos estudos sobre a presença árabe e islâmica no Brasil. Esse olhar indiscreto despertou em muitos historiadores a necessidade de vencer as barreiras da excentricidade que marcaram os discursos sobre a multiplicidade étnica da sociedade brasileira.

No campo historiográfico, dois movimentos distintos e ao mesmo tempo complementares podem ser entendidos como respostas eloquentes ao “encantamento superficial” destinado ao papel social dos árabes e muçulmanos na história brasileira: 1) a análise do percurso político, econômico e social dessa imigração no território nacional; e 2) a junção da história a outras ciências para resgatar o reconhecimento da tradição cultural desses povos no Brasil.

Ao longo desse artigo torna-se oportuno descrever separadamente cada um desses caminhos percorridos pela história das populações do Oriente Médio feita por brasileiros.

O primeiro objeto desses estudos históricos foi a imigração de sírios e libaneses para o Brasil, iniciada na segunda metade do século XIX. A opressão sofrida por minorias étnicas árabes através do domínio do Império Otomano em grande parte do Oriente Médio permitiu a criação de um fluxo migratório de jovens que abandonavam suas raízes para “fazer a América”. Assim, um cenário de perseguição política, crescimento demográfico e crise de abastecimento de alimentos mobilizou a longa marcha da população da região da Síria e do Líbano em direção a países considerados “promissores”, como o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos da América.

O impacto da presença crescente de sírios e libaneses no Brasil somente se transformou em tema de debate dos intelectuais brasileiros na década de 1930. Ainda que na economia e na geografia das cidades brasileiras os imigrantes tornavam-se um elemento social cada vez mais difícil de ser ignorado, apenas com a efervescência cultural produzida no decorrer dos longos anos do governo de Getúlio Vargas e o elogio à miscigenação é que se garantiu um ambiente intelectual favorável aos estudos sobre a história da imigração árabe. Enquanto em 1933 a obra “Casa Grande e Senzala”<sup>2</sup> apresentava-se como um diagnóstico crítico da formação híbrida do Brasil, os primeiros estudos sobre a vinda de sírios e libaneses a São Paulo eram produzidos. Nesse mesmo ano, a obra “Os sírios e libaneses no Brasil”, de Taufik Kurban<sup>3</sup> soava como uma resposta ao papel pitoresco que Gilberto Freyre reservava à influência árabe e islâmica na história brasileira. Entre 1930 e 1950, um conjunto de intelectuais advindos da própria comunidade árabe de São Paulo produziu discursos de exaltação da imagem do Brasil como terra acolhedora, e de defesa da importância social de uma elite formada pelas principais famílias de imigrantes sírio-libaneses. Além de Kurban, Taufik Duoun<sup>4</sup> e Jamil Sáfady<sup>5</sup> empenharam-se em proporcionar um novo olhar sobre a contribuição histórica dos imigrantes do Oriente Médio para o Brasil, além da sistematização do ensino da língua árabe no país.

Os trabalhos dessa primeira geração de estudiosos colaboraram para uma importante mudança na imagem que a historiografia brasileira condicionava a esses imigrantes. Alguns estigmas que marcavam a influência dos árabes na sociedade passaram a ser questionados, principalmente os estereótipos folclóricos responsáveis pela construção da visão do mascate

---

“mouro” como herança da tradição ibérica colonial. Por meio de uma análise do imaginário português sobre o árabe e o judeu, a presença cultural dos mouros se manifesta em aspectos distintos como arquitetura, gestos, vestuário, hábitos e lendas para forjar uma concepção de “individualidade” brasileira.

<sup>2</sup> Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 51ª ed. rev., São Paulo, Global, 2006 (ed. original 1933).

<sup>3</sup> Taufik Kurban, *Os sírios e libaneses no Brasil*, São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1933.

<sup>4</sup> Taufik Duoun, *A emigração sírio-libanesa às terras de promessa*, São Paulo, Tipografia Editora Árabe, 1944.

<sup>5</sup> Jamil Sáfady, *Língua árabe: evolução, escrita, ensino*, São Paulo, Jorge S. Sáfady Editora, 1950.

árabe como um “aventureiro” errante. O abandono dessa leitura sobre os imigrantes do Oriente Médio foi reforçado por um fenômeno social próprio da segunda metade do século XX no Brasil: a ascensão de descendentes de árabes no cenário político e no exercício de profissões de prestígio como a medicina, a engenharia e o direito. Não há dúvida de que os anos de atividade comercial foram fundamentais para a socialização dos árabes no Brasil. A possibilidade de cativar o freguês com um falso desconto ou com a venda a crédito diminuiu a distância social entre o brasileiro e o imigrante; mas somente o comércio não seria capaz de permitir tão densa assimilação cultural. Por isso, a presença cada vez maior de consultórios médicos, escritórios de advocacia e engenharia pertencentes a descendentes de árabes na paisagem urbana brasileira laureou a absorção cultural mútua.

Aquilo que era visto nas ruas da cidade foi trazido para o debate historiográfico sobre a imigração árabe. Carlos da Silva Lacaz, por exemplo, ao estudar a história da Faculdade de Medicina de São Paulo, pôde perceber como ficou rotineira a permanência de filhos de mascates árabes no curso assinalado. Em 1982, Lacaz publicou “Médicos sírios e libaneses do passado”, uma obra que investiga a trajetória dos primeiros filhos desses imigrantes no exercício da medicina e comprova a importância que o título de “doutor” trouxe para o prestígio social da colônia árabe<sup>6</sup>. Desse modo, seja pelo comércio ou pela profissão liberal, os espaços urbanos brasileiros ganhavam o aspecto de uma espécie de “cantinho do Oriente Médio na América”.

O caso do estado de São Paulo é mais emblemático. Da década de 1990 em diante, cresceu o número de trabalhos acadêmicos sobre o presente tema que envolve a história paulista. Obras como “Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo”, de Oswaldo Truzzi<sup>7</sup>, e “Memórias da imigração – libaneses e sírios em São Paulo”, de Betty Loeb Greiber<sup>8</sup>, transformaram-se em leitura obrigatória para a compreensão da ascensão econômica, política e social dos árabes (cristãos e muçulmanos) no mais próspero estado do país. Esses trabalhos foram complementados pelos estudos desenvolvidos por Roberto Khatlab, principalmente sua obra “Brasil-Líbano: amizade que desafia a distância”<sup>9</sup>.

Mesmo que o núcleo dessa transformação tenha sido São Paulo, torna-se necessário ressaltar que o fenômeno cultural de assimilação desses imigrantes atingiu grande parte do território nacional. A observância da descentralização da presença árabe no país teve reflexos também na historiografia da imigração. Nessa mesma década de 1990, vários trabalhos acadêmicos passaram a destacar o impacto da assimilação cultural dos árabes em regiões comerciais estratégicas como o interior aurífero de Minas Gerais e Goiás, o Vale do Paraíba cafeeiro e o estado do Espírito Santo, a região do cacau no sul da Bahia, a região amazônica do ciclo da borracha e o Rio Grande do Sul. Nesse cenário historiográfico, merecem destaque os seguintes trabalhos: “A colônia árabe no Amazonas: aspectos econômicos, sociais, políticos e profissionais: um resgate na história do Amazonas”, de Gaitano Antonaccio; “A imigração árabe em Goiás”, de Heliane Prudente Nunes; “Sírios e Libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil”, de Cecília Kemel; “Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910 -1940)”, de Mintaha Alcuri; e “O quibe no tabuleiro da baiana: uma reflexão sobre a imigração síria e libanesa e o turismo cultural em Ilhéus”, de Maria Luiza Silva Santos.

A complexa teia de relações instituída pelos citados imigrantes no Brasil impressiona pela dimensão territorial conquistada. Entretanto, essa dinâmica de “desbravamento” dos sertões

---

<sup>6</sup> Carlos da Silva Lacaz, *Médicos sírios e libaneses do passado*, São Paulo, Editora Almed, 1982.

<sup>7</sup> Originalmente como tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1993, e depois publicada como: Oswaldo Mario Serra Truzzi, *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*, São Paulo, HUCITEC, 1997.

<sup>8</sup> Betty Loeb Greiber et alii, *Memórias da imigração - libaneses e sírios em São Paulo*, São Paulo, Discurso Editorial, 2000.

<sup>9</sup> Roberto Khatlab, *Brasil-Líbano: amizade que desafia a distância*, Bauru, EDUSC, 1999.

brasileiros não pode ser confundida com um olhar exclusivamente heróico e romântico. Em conformidade com a exigência de se olhar criticamente para o discurso historiográfico sobre a imigração, despontam novas perspectivas acadêmicas sobre o fluxo migratório de árabes e muçulmanos ao Brasil. Os recentes trabalhos de André Gattaz<sup>10</sup> e Samira Adel Osman<sup>11</sup>, ambos utilizadores de ferramentas investigativas da história oral, refletem a preocupação de se compreender a imigração pelo duplo movimento de vinda ao Brasil e retorno à terra natal, o que ressalta a importância de se incorporarem ao discurso do árabe no Brasil suas desventuras, dissabores e frustrações. Dessa forma, num *dégradé* de cores vivas em direção a tons pálidos, uma parte da história árabe foi escrita no Brasil.

### **Do detalhe à totalidade: o caso da imigração árabe na cidade do Rio de Janeiro**

Um dos últimos trabalhos inovadores sobre a imigração de árabes para o território brasileiro é o novo livro do antropólogo da Universidade Federal Fluminense - UFF Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, *“Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural”*<sup>12</sup>. Nele, o autor ressalta a diversidade étnica e religiosa da imigração árabe para a capital carioca, sem atribuir méritos exclusivos a identidades monolíticas como “cristãos”, “muçulmanos”, “sírios” ou “libaneses”.

Chico Buarque, na canção “Na carreira”, em parceria com Edu Lobo, ressaltou a dimensão performática dos comerciantes sírios e libaneses no espaço urbano brasileiro, a partir do verso: “Chegar, sorrir, mentir feito um mascate quando desce na estação...”. Se todo vendedor ambulante é um “bom mentiroso” em potencial, o pesquisador que se debruça sobre a história da presença árabe no Rio de Janeiro também não foge a essa regra. Isso porque ao encarar as fontes documentais sobre o progresso econômico de sírios e libaneses no Rio de Janeiro, evidencia-se a existência de certa imprecisão estatística em relação a esse tema.

O maior desafio desse pesquisador é reunir as informações presentes nas variadas fontes documentais: há que se contabilizar os números apresentados por índices como: 1) registros de entrada de estrangeiros nos portos; 2) registros de polícia; 3) censos históricos; 4) revistas de imigração e colonização controladas pelo Departamento Nacional de Imigração; e 5) pedidos de naturalização armazenados pelo Ministério do Trabalho. Diante desse quadro documental torna-se necessário contar com certa ambiguidade nas análises sobre a chegada dos árabes às grandes cidades brasileiras, principalmente as portuárias, como o Rio de Janeiro. Visto que não há uma padronização sobre como se caracterizar a figura do imigrante, os dados sobre quem pertence ao universo cultural e econômico do imigrante árabe ficam prejudicados.

Mesmo ao se tomar o que pode ser qualificado como documentação de época, algumas lacunas são inquestionáveis. O primeiro assombro se faz presente pelo fato de que quase não existe documentação sobre o esse tema anterior a 1874. Todos os registros sobre as levadas iniciais de imigrantes sírios e libaneses foram perdidos pela falta de cuidado e preservação que existe até hoje em grande parte dos arquivos históricos do Rio de Janeiro. Entre os anos 1874 e 1934, o governo brasileiro considerava como imigrante todo estrangeiro que viajasse na 3ª. classe de um navio aportado no país. Isso significa dizer que mesmo os passageiros que não desembarcavam podiam ser registrados como imigrantes, assim como o registro de passageiros de classes sociais mais abastadas eram completamente ignorados.

Já entre os anos 1934 e 1938 a concepção de “imigrante” muda no interior da burocracia alfandegária brasileira, pois passa a ser considerado imigrante todo aquele que

---

<sup>10</sup> André Gattaz, *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*, São Paulo, Gandalf, 2005.

<sup>11</sup> Samira Adel Osman, *Imigração Árabe no Brasil: histórias de vida de libaneses muçulmanos e cristãos*, São Paulo, Xamã, 2011.

<sup>12</sup> Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*, Rio de Janeiro, Cidade Viva Editora, 2010.

entrava no país para exercer ofício ou profissão por mais de 30 dias. Nesse cenário, muitos aventureiros que não necessariamente almejavam fixar-se no Brasil, mas desembarcavam em portos do país acabavam sendo transformados em estatística de imigração. E, por último, não deixa de causar assombro o fato de que, a partir de 1938, o governo brasileiro abandona a nomenclatura de “imigrante” para forjar o conceito de “estrangeiro permanente”, ou seja, aquele que tinha intenção declarada de residência em solo brasileiro. No interior desse grande caos havia uma questão importante: como caracterizar o imigrante vindo do Oriente Médio? Nessa confusão de nomes e identidades, foram utilizados termos distintos como “turco”, “otomano”, “levantino”, “árabe” e “sírio”.

Ao se tomarem os números sobre o fluxo migratório estrangeiro para o Brasil na primeira metade do século XX, vê-se que a imigração árabe foi a sétima maior, levando em consideração que muitos dados foram perdidos pela imprecisão dos agentes alfandegários. Os denominados “turco-árabes” contados nas tabelas abaixo, que abarcam o período entre 1884 e 1943, eram, respectivamente, 78.541 “turcos”, 20.538 chamados de “sírios”, 5.206 de “libaneses”, 825 de “armênios”, 648 de “egípcios”, 329 de “marroquinos” e 1 de “argelino”<sup>13</sup>. Assim, ainda que representasse o sétimo posto na escala migratória brasileira, a comunidade “turco-árabe” foi estatisticamente prejudicada pela multiplicidade étnica de seus integrantes.

**Tabela 1**  
**Todos os imigrantes entre 1884 e 1943**

Origens	Total: 4.195.832	%
Italianos	1.412.880	33,7
Portugueses	1.224.274	29,2
Espanhóis	582.536	13,9
Japoneses	188.769	4,5
Alemães	172.347	4,1
Russos	108.168	2,6
Turco-árabes	106.088	2,5

<sup>13</sup> Os dados dessas tabelas foram retirados da referida obra de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, *Árabes no Rio de Janeiro...*, p. 50.

**Tabela 2**  
**“Turco-Árabes”**

Classificação	Total
Turcos	78.541
Sírios	20.538
Libaneses	5.206
Armênios	825
Egípcios	648
Marroquinos	329
Argelino	1

Já em uma próxima tabela, que revela o alto grau de dispersão dessa imigração por todo o território brasileiro, é possível ver como a comunidade árabe do Rio de Janeiro era a segunda maior do país. Os dados são organizados por estados; para obter a estimativa de árabes no estado do Rio de Janeiro tal qual ele se configura hoje, basta somar os números referentes à Guanabara aos do Rio de Janeiro, chegando à marca de 9.321 imigrantes (18.6 %) em 1920; e 9.051 (18.6 %) em 1940.

**Tabela 3**  
**“Imigração árabe no Brasil”**

Estados	1920	%	1940	%
São Paulo	19.285	38.4	23.948	49.2
Minas Gerais	8.684	17.3	5.902	12.1
Guanabara (cidade do RJ)	6.121	12.2	6.510	13.4
Rio de Janeiro (estado)	3.200	6.4	2.541	5.2
Rio Grande do Sul	2.565	5.1	1.903	4.0

Paraná	1.625	3.2	1.576	3.2
Pará	1.460	2.9	848	1.7

Os dados dos árabes na Guanabara em separado revelam a importância dessa comunidade na cidade do Rio de Janeiro no contexto nacional. Concentrados em um único centro urbano, não há como ignorar que a então capital do Brasil era árabe por vocação legítima. A cidade do Rio de Janeiro era abrigo prioritário de muitos imigrantes árabes principalmente por ser uma capital portuária. A proximidade com o porto favorecia tanto a rápida instalação da comunidade como o acesso direto aos produtos mercantis trazidos pelo comércio marítimo. Esse mesmo fenômeno não pode ser tão claramente observado no porto de Santos em São Paulo, por exemplo, já que mesmo valendo-se do porto, o mercado consumidor paulista concentrava-se em seu principal centro urbano: a cidade de São Paulo, a 77 km de distância.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro foi o grande laboratório laboral dos árabes que tentavam melhor sorte no Brasil. Sabe-se que ao contrário de outros grupos imigrantes, como italianos, alemães e japoneses, os árabes não se destinaram predominantemente para a agricultura, ainda que viessem de regiões com grande tradição de produção de alimentos como o Líbano.

Tomando-se a cidade do Rio de Janeiro como o palco principal da imigração árabe, cabe uma análise da distribuição espacial dessa comunidade na cidade, o que reforça a importância econômica desse grupo. Até 1920, os imigrantes árabes concentraram-se no centro da cidade. Esse dado robustece o argumento de que a primeira fase da presença árabe no Rio de Janeiro teve um caráter eminentemente comercial. Nesse momento inicial da imigração sabe-se que 70% dos indivíduos da comunidade imigrante eram homens, em sua maioria solteiros. Essa informação alimenta ainda mais a convicção de que a iniciativa primeira dos árabes na cidade do Rio de Janeiro era a de enriquecimento, já que o acúmulo de capital antecede a formação da família nuclear árabe.

Já na segunda fase da imigração árabe no Rio, que ocorre entre 1920 e 1940, a fixação e constituição de famílias pelos imigrantes é um projeto generalizado, o que causa impacto profundo na distribuição demográfica dos árabes pela cidade. Sem perder o centro da cidade como referência, as famílias de imigrantes passam a buscar bairros comunicados com o centro que possuíssem caráter residencial. Nesse momento, os árabes espalharam-se por regiões como Rio Comprido, Estácio, Glória, Tijuca, Andaraí, Inhaúma, Piedade, Irajá, Madureira, Realengo e até a longínqua Santa Cruz. A única exceção dessa segunda fase é a chegada dos árabes a Campo Grande, onde estabeleciam lojas e mercados próximos à estação ferroviária. Por último, como fase derradeira, de 1940 até 2010 os árabes passam a acompanhar a expansão econômica e imobiliária da cidade do Rio de Janeiro, chegando a bairros como Copacabana e Barra da Tijuca, respectivamente.

De todo modo, em qualquer uma das fases de distribuição espacial dos árabes na paisagem carioca, o centro da cidade, e mais especificamente as adjacências da Rua da Alfândega, seguem como o núcleo econômico e cultural dos árabes da cidade, a ponto da região ser chamada por seus próprios integrantes de “Pequena Turquia”<sup>14</sup>. Com o passar do tempo, a Rua da Alfândega e, por que não, a SAARA<sup>15</sup>, não se resumiu à condição de epicentro

<sup>14</sup> A referência à “Turquia” se faz presente pelo hábito brasileiro de generalizar os imigrantes do Oriente Médio como “turcos”.

<sup>15</sup> Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (região lojista do centro do Rio de Janeiro popularmente conhecida como SAARA).



histórico-econômico do Rio de Janeiro. Para além de sua vocação comercial, a SAARA se firma como espaço de expressão de tradições culturais que remetiam e remetem ao Oriente Médio. A SAARA é também um universo de redefinição das identidades étnicas e nacionais dos árabes e suas famílias, que assim como os preços de suas mercadorias, negociam a própria imagem de si e do mundo. Por isso, a SAARA é o principal palco da ascensão econômica dos árabes na cidade, além de espaço de sociabilidade dos imigrantes que possui importância pela circulação histórica da língua árabe, pela manutenção de relações familiares e das tradições culinárias dos povos do Oriente Médio, como comprovam trabalhos acadêmicos como os de Paula Ribeiro<sup>16</sup>, Susane Worcman<sup>17</sup> e Eduardo Gusmão da Costa<sup>18</sup>.

Por essas razões, os primeiros passos dos estudos árabes e islâmicos no Brasil deram-se no campo das análises sobre a imigração do Oriente Médio para as cidades brasileiras. Os historiadores, economistas, sociólogos e antropólogos que buscavam e seguem tentando compreender as dinâmicas de sociabilidade da presença árabe no Brasil também buscam determinar aquilo que passou a definir o Brasil a partir dos anos 1930: a diversidade cultural de um país que ainda tenta se encontrar em sua multiplicidade de cores, sabores, hábitos e origens.

### **Além da imigração: os estudos árabes e islâmicos nas universidades brasileiras**

Para além da questão do imigrante, a outra perspectiva historiográfica que continua presente entre os acadêmicos brasileiros é a história árabe e islâmica em diálogo com outras ciências humanas como a literatura, as ciências sociais e as relações internacionais. Ao invés de se fazer uma exposição temporal do desenvolvimento desse tipo de discurso historiográfico, cabe aqui apresentar esses trabalhos a partir de suas maneiras de se relacionarem com a história dos estudos árabes e islâmicos no Brasil.

O primeiro movimento de produção de análises interdisciplinares sobre a cultura islâmica refere-se à aproximação desses trabalhos com as línguas, literaturas e culturas do Oriente Médio. Um grupo de professores do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo - USP produziu nos últimos dez anos, por meio de traduções literárias e científicas, um conjunto de obras que transformou a cultura árabe e islâmica em um conteúdo mais acessível ao público leitor brasileiro. O Professor Miguel Attie Filho, por exemplo, tornou acessível em língua portuguesa textos fundamentais da filosofia medieval elaborada em terras islâmicas. Sua obra "Falsafa: a filosofia entre os árabes"<sup>19</sup> é resultado de sua longa experiência na tradução de originais filosóficos da Idade Média, com um compêndio da bibliografia estrangeira sobre o tema. Outro exemplo da produção de estudos árabes e islâmicos no campo da tradução na USP é o trabalho do Professor Mamede Mustafá Jarouche. O conjunto de obras do árabe medieval traduzidas por ele inclui: "Livro de Kalila e Dimna", "O leão e o chagal mergulhador", "Livro do tigre e do raposo"; e por fim, a primeira tradução brasileira do "Livro das mil e uma noites" feita diretamente dos manuscritos árabes. Esse núcleo de tradutores da Universidade de São Paulo conta também com os trabalhos do Professor Michel Sleiman, que se debruça especialmente sobre a poesia árabe-andaluza, sobretudo por meio da obra "A arte do *zajal*: estudo de poética árabe", lançada em 2007; e as traduções do Professor Paulo Daniel Elias Farah, que trabalha tanto com a literatura árabe contemporânea, quanto com os relatos do século XIX acerca dos muçulmanos no Brasil.

---

<sup>16</sup> Paula Ribeiro, *Saara - uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960-1990)*, Dissertação de Mestrado – PUC-SP, 2000.

<sup>17</sup> Susane Worcman, *Saara*, Rio de Janeiro, Relume – Dumara, 2000.

<sup>18</sup> Eduardo Gusmão da Costa, *Avaliação da gestão social no Pólo Comercial SAARA situado no centro da cidade do Rio de Janeiro*, Dissertação de Mestrado – UNESA, 2009.

<sup>19</sup> Miguel Attie Filho, *Falsafa: a filosofia entre os árabes*, São Paulo, Palas Athena, 2002.

A produção do Departamento de Letras Orientais da USP conta também com uma iniciativa original no Brasil conduzida pela Professora Safa Alferd Abou Chahla Jubran. Além de traduzir textos árabes variados, como “Hierarquia dos povos”, de Said al-Andalusi, e textos literários mais contemporâneos, como “Tempo de migrar para o norte”, do escritor sudanês Tayeb Salih, a Professora Safa Jubran é responsável por importantes trabalhos sobre o estudo e ensino da gramática árabe, tais como sua tradução da “Gramática do árabe moderno” de David Cowan, em 2007, e “Árabe e português: fonologia constrativa”, de 2004<sup>20</sup>. Esse último trabalho citado é uma obra inovadora, pois é a primeira sobre fonologia árabe publicada com grande circulação no Brasil.

Fora da esfera de influência da Universidade de São Paulo, os historiadores “cariocas” tendem a dialogar com a perspectiva conjuntural das relações internacionais. A primeira obra de grande circulação editorial que apontava essa tendência foi “Oriente Médio e o mundo dos árabes<sup>21</sup>”, da Profa. Maria Yedda Leite Linhares. Com a primeira edição de 1982, ano em que a guerra civil libanesa aguçava o interesse dos leitores brasileiros pela história islâmica, a Profa. Maria Yedda Linhares deixava claro que o impacto dos acontecimentos geopolíticos vividos pelos países do Oriente Médio ao longo do século XX tinha reflexos profundos no Brasil. Questões históricas como o panarabismo, a crise do petróleo e o aumento das ações de grupos palestinos contra Israel ganharam uma primeira tentativa de explicação bem-sucedida oriunda de uma universidade brasileira.

Já em 2002, a obra “Oriente Médio<sup>22</sup>”, do Professor Marcio Antonio Scalécio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, rompeu o silêncio acadêmico que vigorava sobre aspectos militares da história árabe e da história israelense contemporâneas. Nesse mesmo ano, a Professora carioca Patrícia Santos Schermann, da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, publica “Dom Comboni: profeta da África e santo no Brasil: catolicismo e Islamismo no Sudão do século XIX/ Milagres no Brasil e no mundo no século XX<sup>23</sup>”.

Ainda no Rio de Janeiro, alguns trabalhos recentes merecem destaque. Uma nova edição do “Dicionário Árabe-Português”, escrito pelo Monsenhor Alphonse Nagib Sabbagh em 1986, é publicada em parceria com a Biblioteca Nacional em 2011. Monsenhor Sabbagh é responsável pela fundação do Setor de Estudos Árabes da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e pela formação de um importante conjunto de professores de língua árabe que atua no Brasil. Dentre seus discípulos que hoje se transformaram em grandes autores de estudos árabes e islâmicos no Brasil está o Professor João Baptista M. Vargens, que, além de autor do “Léxico português de origem árabe: subsídios para o estudo da filologia”, divulga trabalhos acadêmicos sobre a língua árabe e o islã por meio de sua editora especializada: “Almadena”. Uma das últimas publicações sobre o tema foi “Arabismo: um tema e suas representações no Brasil e em Portugal”, que reúne os trabalhos apresentados na ALBA (Associação luso-brasileira de arabistas) de 2009.

No campo científico, destacando-se como novo fôlego aos estudos árabes e islâmicos no Brasil, podem-se citar alguns trabalhos acadêmicos recentemente concluídos ou a serem defendidos em distintas universidades brasileiras em forma de teses e dissertações. Os anos de 2006 e 2007, por exemplo, tiveram uma sequência de novos trabalhos sendo produzidos que merece destaque. Gisele Fonseca Chagas<sup>24</sup> concluiu sua dissertação de mestrado em

---

<sup>20</sup> Safa Alferd Abou Chahla Jubran, *Árabe e português: fonologia constrativa*, São Paulo, EDUSP, 2004.

<sup>21</sup> Maria Yedda Leite Linhares, *Oriente Médio e o mundo dos árabes*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

<sup>22</sup> Marcio Antonio Scalécio, *Oriente Médio*, Rio de Janeiro, Campus Elsevier, 2002.

<sup>23</sup> Patrícia Santos Schermann, *Dom Comboni: profeta da África e santo no Brasil: catolicismo e Islamismo no Sudão do século XIX/ Milagres no Brasil e no mundo no século XX*, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

<sup>24</sup> Gisele Fonseca Chagas defendeu em 2011 sua tese intitulada: *Sufismo, carisma e moralidade: uma etnografia do ramo feminino da tariqa Naqshbandiyya-Kuftariyya em Damasco, Síria*, também pelo Departamento de Antropologia da UFF e sob a orientação de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto.

antropologia pela UFF; “Identidades, conhecimento e poder na comunidade muçulmana sunita no Rio de Janeiro” em 2006, sob a orientação do Professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Houda Blum Bakour concluiu sua dissertação no mesmo departamento em 2007: “A igreja ortodoxa antioquina na cidade do Rio de Janeiro: construção e manutenção de uma identidade religiosa diaspórica no campo religioso brasileiro”. Mais recentemente nesse mesmo núcleo de pesquisa em 2013, Rodrigo Ayupe Bueno da Cruz defendeu sua dissertação intitulada: “Brimos em Minas: processos de construção identitária na comunidade árabe de Juiz de Fora”, além de Natalia Rodrigues Mendes com seu trabalho: “Líbano no coração: revivalismo religioso e mobilização étnico-nacional na comunidade maronita do Rio de Janeiro.”

Outros trabalhos acadêmicos que merecem destaque, especialmente no Sul e Sudeste do Brasil, são os de Beatriz Bissio, sobre o conceito de espaço nas obras de Ibn Battuta e Ibn Khaldun<sup>25</sup>; Andrew Patrick Traumann, que reconstruiu a conexão política e econômica do Brasil com as ditaduras árabes em seu trabalho intitulado “*A diplomacia dos petrodólares: relações do Brasil com o mundo árabe (1973-1985)*”, dissertação de mestrado vinculada ao Departamento de História da Universidade Estadual Paulista - UNESP – Assis<sup>26</sup>; e a tese de doutorado de Renato Jose da Costa intitulada: “A influência dos ulemás xiitas nas transformações políticas ocorridas no Irã durante o século XX<sup>27</sup>”. Nesse mesmo contexto da última década, defendi minha dissertação de mestrado em História Social da Cultura pela PUC-Rio, sobre os conceitos de “nação” e “revolução” nos discursos do aiatolá Khomeini durante a revolução islâmica e a formação da República islâmica do Irã entre 1978 e 1988<sup>28</sup>, e meu doutorado em Estudos Árabes pela USP, sobre o islã, a África e o Renascimento no relato de viagem do século XVI de Leão, o africano<sup>29</sup>.

Por último, um fenômeno atual que não pode ser ignorado nos estudos árabes e islâmicos é a produção de trabalhos sobre esse tema feitos por brasileiros em centros de pesquisa e universidades estrangeiras. A visibilidade diplomática do Brasil no jogo político internacional fez com que aumentassem em todo o mundo os centros de estudos e pesquisa sobre o Brasil e a América Latina, principalmente na Europa, nos EUA e no Oriente Médio. Desse modo, cresceu tanto o interesse de estrangeiros pelo Brasil, quanto o número de brasileiros que passaram a estudar em universidades estrangeiras com tradição em estudos árabes e islâmicos. Atualmente, cidades do mundo árabe-islâmico com grandes universidades como Beirute, Jerusalém, Rabat e Teerã abrigam centros de pesquisa sobre a América Latina e recebem estudantes brasileiros, que desenvolvem trabalhos de campo e estudos comparados entre o Brasil e os países em questão. Alguns trabalhos de brasileiros em universidades estrangeiras que merecem destaque são: “*Du moukhayyam à la favela: une étude comparative entre un camp de refugies palestiniens au Liban et une favela carioca*”, de Amanda de Souza Araujo Dias<sup>30</sup>; “*Becoming a Man under Structural Violence - Shatila, Lebanon*”, de Gustavo

<sup>25</sup> Beatriz Bissio, *Percepções do Espaço no Medievo Islâmico - séc. XIV. O exemplo de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*, Tese de doutorado – UFF, 2008. Esse trabalho foi recentemente publicado pela Editora Civilização Brasileira sob o título: *O mundo falava árabe - a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*.

<sup>26</sup> Defendida em 2007.

<sup>27</sup> Defendida em 2013.

<sup>28</sup> Publicada como: Murilo Sebe Bon Meihy, *As mil e uma noites mal dormidas: a formação da República Islâmica do Irã*, Rio de Janeiro, Usina de Letras, 2010.

<sup>29</sup> Murilo Sebe Bom Meihy, *Habemus Africas: Islã, Renascimento e África em João Leão Africano (século XVI)*, Tese de doutorado – USP, 2013.

<sup>30</sup> Doutorado em antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Barbosa<sup>31</sup>; e *"Ritual and Belonging in Two Palestinian Refugee Camps in Lebanon"*, de Leonardo Augusto Schiocchet<sup>32</sup>.

Mesmo que a sistematização de estudos sobre povos árabes e islâmicos feitos por pesquisadores brasileiros seja um fenômeno recente, há que se exaltar a iniciativa uníssona do Prof. Dr. João Jose Reis, que entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980 realizou seu clássico trabalho sobre a revolta de escravos islamizados na Bahia do século XIX. Sua pesquisa intitulada *"Slave Rebellion in Brazil: The African Muslim Uprising in Bahia, 1835"*, ligada a Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, hoje é uma importante referência dos estudos sobre a chegada do islã no Brasil, principalmente após sua publicação com o título: *"Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)"*, pela Editora Brasiliense em 1986.

Diante de tudo o que já foi produzido, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre perspectivas ainda pouco exploradas pelos intelectuais brasileiros voltados para os estudos árabes e islâmicos. Um dos maiores desafios da análise das relações históricas entre o mundo muçulmano e o Brasil é a exploração dos arquivos públicos brasileiros. Centros de armazenamento e catalogação de documentos da história do Brasil, como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty, entre outros, dificilmente concedem bolsas para pesquisadores envolvidos com a história do Oriente Médio. O único caso de financiamento de estudos arquivísticos com o Oriente Médio como tema foi a bolsa de pesquisa concedida à Professora da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – FGV, Monique Sochaczewski, que, com apoio da Biblioteca Nacional, debruçou-se sobre as fotografias feitas por D. Pedro II em viagem ao Levante. Até 2011, à exceção do caso de Monique, o Brasil seguia dependente da iniciativa individual de obstinados pesquisadores, que, sem apoio, insistiam na tarefa monástica de pôr fim ao silêncio documental presente nas investigações históricas sobre o mundo islâmico produzidas no Brasil.

Em 2011, por iniciativa do Ministério da Cultura, através da Fundação Casa de Rui Barbosa do Rio de Janeiro, foi lançado o primeiro edital de pesquisa para analistas da história política do Oriente Médio. Essa linha de estudos, coordenada diretamente pelo ex-presidente da instituição, Professor Wanderley Guilherme dos Santos, contou com dois pesquisadores-bolsistas em nível de mestrado e uma estagiária, que desenvolveram projetos sobre Oriente Médio. Com a chamada *"Primavera dos povos árabes"*, que segue redefinindo a geopolítica da região, a Fundação Casa de Rui Barbosa organizou o seminário *"Primavera árabe nos jardins da Casa de Rui Barbosa"*, entre os dias 19 e 20 de outubro. O evento contou com diversos especialistas e pode ser considerado um importante passo inicial na institucionalização dos estudos árabes e islâmicos fora das universidades brasileiras. No contexto das revoltas árabes que desde 2011 trazem o Oriente Médio às manchetes dos principais jornais do mundo, Fernando Luz Brancoli acaba de publicar a obra *"Primavera Árabe: praças, ruas e revoltas"*, o que comprova o alcance dos estudos árabes e islâmicos sobre um grupo recente de acadêmicos das universidades brasileiras, tais como os professores Muna Omran, Arlene Clemesha, Maged Elgebaly, Khalid Tailche, Paula Caffaro, Suley Ferreira Lima e os pesquisadores Luiz Salgado Neto e Aline Martins Martello, entre tantos outros.

Assim, a partir de um cenário acadêmico centralizado, sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, os estudos árabes e islâmicos do Brasil se lançam no desafio de acompanhar o crescente interesse da sociedade civil brasileira pelas contradições de um mundo árabe-islâmico que, apesar de sedutor e eloquente, possui incongruências profundas facilmente reconhecidas por qualquer brasileiro, já que além das imigrações e da história compartilhada, analisar os países e a cultura árabe-islâmica a partir do Brasil é uma tarefa fascinante a estudiosos acostumados com um amplo universo de impossibilidades burocráticas.

---

<sup>31</sup> Doutorado em antropologia pela London School of Economics and Political Science.

<sup>32</sup> Doutorado em antropologia pela Boston University.